



Estimativas Provisórias de População Residente, 2004, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios
Departamento de Estatísticas Sociais
Serviço de Estatísticas Demográficas
Outubro 2005

Índice

Introdução	. 3
Conceitos	. 4
Cap. I – Metodologia	. 6
Cap. II – Análise de Resultados	. 8
Referências Bibliográficas	. 15
Cap. III – Quadros de Resultados	. 16

Introdução

O Instituto Nacional de Estatística disponibiliza as estimativas da população residente relativas ao ano de 2004. Esta informação, de carácter provisório até à realização de um novo recenseamento, integra e actualiza a série de estimativas póscensitárias. Estas estimativas estão aferidas aos resultados definitivos dos Censos 2001¹ incorporando a informação demográfica referente a 2004 e disponível em 24 de Junho de 2005.

Após a realização do Recenseamento Geral da População em 12 de Março de 2001 ocorreram algumas alterações legislativas relativas à divisão geográfico-administrativo do país. Assim, e com o objectivo de manter as séries de população residente compatíveis e à semelhança do ocorrido nos anos anteriores, foram calculadas para 2004 estimativas de população residente por sexo e idades, a nível de município – e respectivas agregações por NUTS III e NUTS II (Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos) - de acordo com duas *geografias*:

- A que vigorava em 12 de Março de 2001, data de realização dos últimos Censos, e que tem em conta a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem do Município de Gavião da NUTS III Médio Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999). Esta geografia, abreviadamente designada nesta publicação NUTS Antigas, agrega os efectivos populacionais municipais segundo a NUTS regulamentada pelo decreto lei nº46/89 de 15 de Fevereiro, não contemplando as alterações de freguesias ocorridas ainda em 2001 posteriores ao momento censitário.
- A que corresponde à divisão administrativa em vigor a 31 de Dezembro de 2004, que contempla a passagem da freguesia da Moita do município de Alcobaça para o de Marinha Grande (Lei n.º 28 /2001 de 12 de Julho) e a mudança da freguesia de Vale da Amoreira do município da Guarda para o de Manteigas (Lei n.º 29 /2001 de 12 de Julho). Neste caso os efectivos populacionais por município são agregados segundo a NUTS regulamentada pelo decreto-lei 244/2002, de 5 de Novembro, abreviadamente designada nesta publicação *NUTS Novas*. Com esta nova nomenclatura territorial a anterior NUTS II Lisboa e Vale do Tejo deu origem à NUTS II Lisboa, transitando o município de Mafra da NUTS III Oeste para a Grande Lisboa. Paralelamente, a nova agregação transfere de Lisboa e Vale do Tejo as NUTS III Oeste e Médio Tejo para o Centro e a NUTS III Lezíria do Tejo para o Alentejo.

De notar que os efectivos populacionais estimados para os municípios de Guarda, Manteigas, Alcobaça e Marinha Grande, diferem consoante se utilizem as NUTS à data dos Censos 2001 (*NUTS Antigas*) ou as NUTS criadas pelo decreto-lei 244/2002 de 5 de Novembro (*NUTS Novas*). Os motivos que explicam as diferenças decorrem da aplicação do método do seguimento demográfico a populações de partida e evoluções demográficas diferentes, pois têm subjacentes nomenclaturas diferentes que implicam populações de chegada distintas. Este facto inviabiliza a comparação das duas séries de estimativas apresentadas.

Esta publicação tem a seguinte estrutura: no primeiro capítulo constam os aspectos metodológicos inerentes ao cálculo das estimativas póscensitárias; no segundo destacam-se os principais resultados; segue-se um terceiro capítulo com as estimativas por sexo e grandes grupos etários e os principais indicadores (de envelhecimento e dependência), referentes a Portugal, NUTS I, NUTS II, NUTS III, municípios e distritos, para o ano de 2004, bem como a população por idades ano a ano para Portugal e NUTS II.

A utilização dos dados a nível de município, quando reportados a reduzidos efectivos populacionais, exigem particular cuidado, em especial quando desagregados por sexo e idade, devido à maior sensibilidade a variações das suas componentes.

A informação apresentada pode também ser acedida através do site do INE em www.ine.pt.

Outubro 2005

¹ Ajustados com as taxas de cobertura avaliadas pelo respectivo Inquérito de Qualidade e que medem as inclusões e omissões nas contagens dos indivíduos.

Conceitos

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS - Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula: $IDI = [(P(65,+) / P(15,64))] * 10^n;$

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS - Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula: $IDJ = [P(0,14) / P(15,64)] * 10^n;$

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula: $IDT = [[P(0,14) + P(65,+)] / P(15,64)] * 10^n;$

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos).

Fórmula: $IE = [(P(65,+) / P(0,14)] * 10^n;$

P(65,+) - População com 65 ou mais anos:

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

ÍNDICE DE JUVENTUDE - Relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos).

Fórmula: $IJ = [(P(0,14) / P(65,+)] * 10^n;$

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos.

MIGRAÇÃO PERMANENTE - Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objectivo de aí fixar residência por um período igual ou superior a 1 ano.

POPULAÇÃO MÉDIA - População calculada pela média aritmética dos efectivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.

Fórmula: PM = (P(0) + P(t)) / 2;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

POPULAÇÃO RESIDENTE - Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Nota: Este conceito foi utilizado no Recenseamento Geral da População (CENSO), pelo que o dia de referência se reporta ao momento censitário. Conceito extensível às Estimativas de População Residente, cuja população de partida se reporta ao momento censitário.

RELAÇÃO DE MASCULINIDADE - Quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 (10²) mulheres).

Fórmula: $RM = (H/M) * 10^n$;

H - População do sexo masculino;

M – População do sexo feminino.

SALDO MIGRATÓRIO - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

Fórmula: SM(0,t) = I(0,t) - E(0,t) = VP(0,t) - SN(0,t);

I(0,t) – Entradas por migração entre os momentos 0 e t;

E(0,t) – Saídas por migração entre os momentos 0 e t;

VP(0,t) - Variação populacional entre os momentos 0 e t;

SN(0,t) – Saldo natural entre os momentos 0 e t.

Nota: O saldo migratório pode também ser calculado pela diferença entre a variação populacional e o saldo natural.

SALDO NATURAL - Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

Fórmula: SN(0,t) = NV(0,t) - Ob(0,t);

NV (0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t;

Ob (0,t) – Óbitos entre os momentos 0 e t.

TAXA DE CRESCIMENTO EFECTIVO - Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes).

Fórmula: $TCE = [P(t) - P(0) / [(P(0)+P(t)/2]] * 10^n;$

P(0) - População no momento 0;

P(t) - População no momento t.

TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO - Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes).

Fórmula: $TCM = [SM(0,t) / [(P(0) + P(t)/2]] * 10^n;$

SM(0,t) – Saldo migratório entre os momentos 0 e t;

P(0) - População no momento 0;

P(t) - População no momento t

TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes).

Fórmula: $TCN = [SN(0,t) / [(P(0) + P(t)/2)] * 10^n;$

SM(0,t) – Saldo natural entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) - População no momento t.

VARIAÇÃO POPULACIONAL - Diferença entre os efectivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Fórmula: VP = P(t)-P(0)

P(t) - População no momento t;

P(0) - População no momento 0.

Capítulo I - Metodologia

O método utilizado para conhecer a variação da população anual assenta na decomposição da mesma nas suas componentes, o movimento natural e o movimento migratório, conhecido como *método do seguimento demográfico* e expresso na seguinte equação de concordância:

$$P_{n+t} = P_n + N_{n+t} - O_{n+t} + I_{n+t} - E_{n+t}$$

 $P_{n+t} = P_n + SN_{n+t} + SM_{n+t}$

P_n = população de partida, no ano n (população recenseada ou estimada)

N = número de nascimentos com vida (nados vivos) entre o ano n e n+t

O = número de óbitos entre o ano n e n+t

SN = saldo natural ou diferença entre nados vivos (N) e óbitos (O)

SM_t = saldo migratório ou diferença entre imigrantes (I) e emigrantes (E)

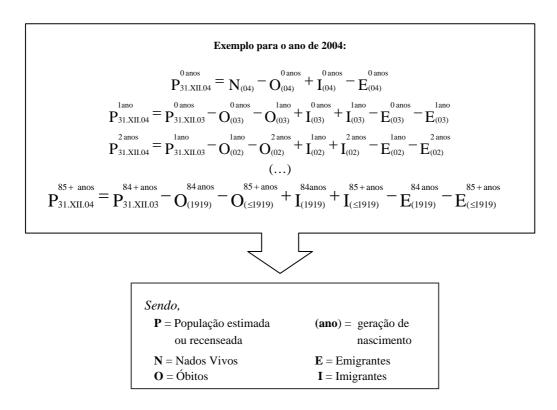
P_{n+t} = população de chegada ou no final do período (ou ano)

t = intervalo de tempo....t = 1,2,3,10 anos....

Nas estimativas anuais, e em particular para 31 de Dezembro de 2004, a equação assume a seguinte expressão analítica:

$$P_{31,12,2004} = P_{31,12,2003} + SN_{2004} + SM_{2004}$$

O método é aplicado para cada sexo em separado. No caso das idades aplica-se o método a cada geração da população de partida.



Para calcular estimativas a nível das regiões utiliza-se o mesmo método de componentes e incorpora-se o saldo migratório interno (SMI), ou seja a diferença entre os fluxos de entrada numa região, provenientes de outras regiões, e o fluxo de saídas para todas as outras. Neste caso, a equação de concordância toma a seguinte expressão:

$$P_{n+t} = P_n + SN_{n+t} + SMI_{n+t} + SM_{n+t}$$

Fontes de informação

Os Recenseamentos Gerais da População, os dados obtidos a partir do registo de nados vivos e óbitos efectuado nas Conservatórias de Registo Civil, os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna (SEF/MAI) no que se refere aos fluxos de entrada, aos stocks de estrangeiros que legalizam a residência e às autorizações de permanência, o Inquérito ao Emprego (IE), no que se reporta à entrada de nacionais e aos movimentos migratórios externos, o Inquérito ao Movimento Migratório de Saídas (IMMS), bem como as Estatísticas dos países de destino da emigração portuguesa, são fontes de informação utilizadas no cálculo das estimativas anuais de população residente em Portugal. O recurso a estas fontes permite quantificar, de forma precisa, o saldo natural (devido à obrigatoriedade do registo dos acontecimentos envolvidos - nados vivos e óbitos), e analisar tendências que permitem estimar os fluxos migratórios anuais (dado que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos), bem como determinar os saldos migratórios internos, componente importante na dinâmica regional.

As diferentes fases de execução das estimativas póscensitárias anuais

O processo de cálculo das estimativas inicia-se fixando os efectivos populacionais por sexo para o conjunto do país desagregado até ao nível de município. Os quantitativos estimados são a referência para as fases subsequentes.

Segue-se o cálculo das estimativas por idades segundo a mesma lógica, começando por se determinar os efectivos populacionais residentes em Portugal. Estimam-se posteriormente os efectivos por idades, para cada sexo em separado, para NUTS II, para as NUTS III e finalmente para os municípios. Adoptou-se o procedimento *top-down* tendo em conta a dimensão dos efectivos populacionais envolvidos a nível geográfico mais fino, que em alguns casos não aconselha o método do seguimento demográfico, e a fragilidade da informação sobre fluxos migratórios. A produção das estimativas póscensitárias decorre, em síntese, nas seguintes fases:

- Fixar a população de partida, que para 2004 foi a estimativa em 31 de Dezembro de 2003 ventilada por sexo e idade.
- Repartir o saldo migratório anual estimado para Portugal e por regiões, nas diferentes componentes, entradas e saídas, desagregado por sexo. Não permitindo os resultados censitários esta operação, torna-se necessário recorrer a outras fontes de informação que possibilitem uma aproximação dos movimentos migratórios anuais, como sejam os dados fornecidos pelo SEF, o IE e as estatísticas das migrações de alguns países de destino da emigração portuguesa.

A estimação dos saldos migratórios póscensitários enquadrou-se no processo desenvolvido no âmbito do cálculo das estimativas definitivas intercensitárias e das projecções de longo prazo, recentemente divulgadas pelo I.N.E.. Recorreu-se a um modelo matemático, denominado polinómio de terceiro grau, cuja variável explicativa é a tendência temporal, com o objectivo de obter um alisamento dos resultados anteriormente anualizados.

- Adicionar à população de partida para cada uma das regiões e sub-regiões os respectivos nados vivos bem como as entradas (imigração e retorno) estimadas, subtraindo os óbitos e as saídas (emigração) estimadas com carácter permanente, ou seja, recorrer ao método das componentes.
- Aplicar à população encontrada uma taxa migratória interna, com dimensão anual, assente nos saldos migratórios internos apurados nos Censos 2001, que correspondeu à taxa média de 1995-2001. Este processo aplicou-se a todos os municípios do país.
- Distribuir, na ausência de informação detalhada por idades, as saídas externas de acordo com a estrutura média por idades dos emigrantes legais para o período de 1976 a 1988. Nas entradas provenientes do estrangeiro, que englobam os indivíduos com nacionalidade portuguesa e estrangeira, utilizou-se a repartição etária média do período 1995-2001, deduzida dos Censos 2001. A nível de NUTS III e municípios, não são directamente incorporados saldos migratórios. Para aquele âmbito geográfico aos efectivos populacionais globais estimados segundo o sexo, e que incorporam os saldos

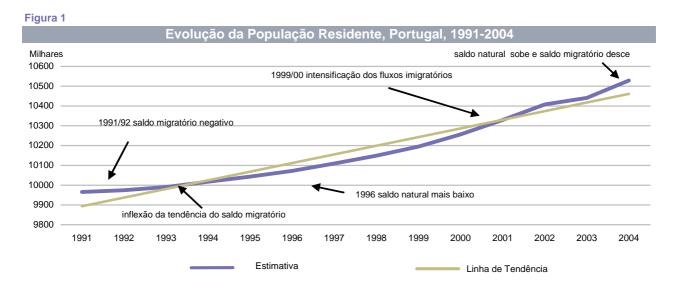
migratórios internos e externos, é aplicada a estrutura etária da população obtida com o movimento natural.

 As estimativas são ajustadas, para assegurar a concordância com as regiões de nível hierárquico superior e destas com o conjunto do país. Aplica-se o método da repartição proporcional, que ajusta a soma das populações das sub regiões, de determinada idade e sexo, com o efectivo populacional da mesma idade e sexo do nível geográfico imediatamente superior.

Capítulo II - Análise de Resultados²

Em 31 de Dezembro de 2004, a população residente em Portugal foi estimada em 10 529 255 indivíduos, dos quais 5 094 339 homens e 5 434 916 mulheres. Comparativamente ao final de 2003 a população residente aumentou 54 570 indivíduos (0,52%). O acréscimo foi mais acentuado nos homens (0,55%) do que nas mulheres (0,49%).

De 1992 a 2004 assiste-se a um crescimento contínuo da população, com tendência para acelerar o ritmo no final dos anos noventa, em resultado da intensificação dos fluxos imigratórios. Em 2004, tal como se verificava em 2003, o ritmo de crescimento da população abrandou.



Este abrandamento no crescimento da população deve-se sobretudo ao enfraquecimento do saldo migratório, comparativamente ao do ano anterior. Estima-se que, em 2004, o saldo migratório tenha atingido cerca de 47 240 indivíduos (57 920 entradas e 10 680 saídas), valor inferior em cerca de 16 260 face ao do ano anterior.

² Nota - Toda a análise apresentada deve ter subjacente que os efectivos populacionais envolvidos são diminutos e as componentes naturais e migratórias, em muitos casos, são inferiores a meio milhar, reflectindo-se as oscilações anuais, por vezes, em mudança de sentido das taxas. Relevante é, igualmente, a dificuldade em conhecer com rigor os saldos migratórios, quer internos quer externos, factores essenciais na dinâmica do crescimento regional da população. Neste sentido, sublinha-se mais uma vez que é necessário algum cuidado na utilização dos dados a nível de município, em especial quando desagregados por sexo e idade.

Quadro 1

Evolução da População Residente em Portugal e suas componentes, 1993-2004 (*)								
	1993	1994	1995	1996	1997	1998		
População média	9 982 591	10 004 081	10 030 376	10 057 861	10 091 120	10 129 290		
População em 31.XII	9 990 590	10 017 571	10 043 180	10 072 542	10 109 697	10 148 883		
Relação de Masculinidade (%)	93,0	93,0	93,0	93,1	93,1	93,1		
Nados Vivos	113 949	109 213	107 084	110 243	112 933	113 384		
Óbitos	105 950	99 232	103 475	106 881	104 778	106 198		
Saldo Natural	7 999	9 981	3 609	3 362	8 155	7 186		
Saldo Migratório	8 000	17 000	22 000	26 000	29 000	32 000		
Variação Populacional	15 999	26 981	25 609	29 362	37 155	39 186		
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,08	0,10	0,04	0,03	0,08	0,07		
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,08	0,17	0,22	0,26	0,29	0,32		
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,16	0,27	0,26	0,29	0,37	0,39		

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Topulação Residente	1999	2000				
População média	10 171 949	10 225 836	10 292 999	10 368 403	10 441 075	10 501 970
População em 31.XII	10 195 014	10 256 658	10 329 340	10 407 465	10 474 685	10 529 255
Relação de Masculinidade (%)	93,2	93,3	93,4	93,4	93,7	93,7
Nados Vivos	116 002	120 008	112 774	114 383	112 515	109 262
Óbitos	107 871	105 364	105 092	106 258	108 795	101 932
Saldo Natural	8 131	14 644	7 682	8 125	3 720	7 330
Saldo Migratório	38 000	47 000	65 000	70 000	63 500	47 240
Variação Populacional	46 131	61 644	72 682	78 125	67 220	54 570
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,08	0,14	0,07	0,08	0,04	0,07
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,37	0,46	0,63	0,68	0,61	0,45
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,45	0,60	0,71	0,75	0,64	0,52

^{*} Nota: Os dados referentes a nados vivos e óbitos de 2004 reportam-se à informação disponibilizada em 24 de Junho de 2005.

As dinâmicas de crescimento regional

A análise a um nível geográfico mais desagregado revela heterogeneidade no crescimento demográfico de cada Região.

Em 2004, tal como no ano anterior, a taxa de crescimento máxima verificou-se no Algarve (1,5%) e a mínima no Pinhal Interior Sul (-0,8%). O número de NUTS III com taxas de variação negativas, manteve-se em 11, tendo o ritmo de crescimento abrandado nas regiões em que a variação era positiva.

Quadro 2

Máximo

Mínimo

Negativas (Nº NUTS) Positivas (Nº NUTS)

		2004		NUTS
Máximo		1,	49	Algarve
Mínimo		-0,	84	Pinhal Interior Sul
Negativas (Nº NUTS)			11	
Positivas (Nº NUTS)			19	
Máximo		2004	45	NUTS Cávado
Máximo			45	Cávado
Mínimo		-0,	96	Pinhal Interior Sul
			17	
Negativas (Nº NUTS) Positivas (Nº NUTS)			13	
			13	
	Taxas de crescimo	ento migratório (%), NL		004

Algarve

Douro

1,47

-0,07

Nas regiões de Alto Trás os Montes, Douro, Pinhal Interior Sul, Baixo Mondego, Serra da Estrela e Beira Interior Norte e Sul, Cova da Beira, Alentejo Litoral, Alto e Baixo Alentejo, observou-se uma diminuição da população em 2004, em resultado de saldos naturais negativos e reduzidos saldos migratórios

Quadro 3

NUTS III	Acréscimo			Taxa de Crescimento	Taxa de Crescimento	Taxa de Crescimento
NOVAS	populacional	Natural	Migratório	Efectivo (%)	Natural (%)	Migratório (%)
Portugal	54 570	7 330	47 240	0,52	0,07	0,45
Continente	52 109	6 401	45 708	0,52	0,06	0,46
Norte	15 513	7 198	8 315	0,42	0,19	0,22
Minho Lima	923	- 552	1 475	0,37	-0,22	0,59
Cávado	3 491	1 821	1 670	0,87	0,45	0,41
Ave	3 213	1 857	1 356	0,62	0,36	0,26
Grande Porto	4 776	3 071	1 705	0,38	0,24	0,13
Tâmega	2 355	2 224	131	0,42	0,40	0,02
Entre Douro e Vouga	2 116	695	1 421	0,75	0,25	0,50
Douro	- 915	- 758	- 157	-0,42	-0,35	-0,07
Alto Trás os Montes	- 446	-1 160	714	-0,20	-0,53	0,32
Centro	9 917	-4 508	14 425	0,42	-0,19	0,61
Baixo Vouga	2 685	174	2 511	0,68	0,04	0,64
Baixo Mondego	- 499	- 588	89	-0,15	-0,17	0,03
Pinhal Litoral	2 806	417	2 389	1,08	0,16	0,92
Pinhal Interior Norte	90	- 896	986	0,07	-0,65	0,72
Dão Lafões	1492	-619	2111	0,52	-0,21	0,73
Pinhal Interior Sul	- 358	- 412	54	-0,84	-0,96	0,13
Serra da Estrela	- 119	- 363	244	-0,24	-0,74	0,50
Beira Interior Norte	- 475	- 770	295	-0,42	-0,68	0,26
Beira Interior Sul	- 345	- 529	184	-0,45	-0,70	0,24
Cova da Beira	- 126	- 343	217	-0,14	-0,37	0,23
Oeste	3 772	- 82	3 854	1,07	-0,02	1,10
Médio Tejo	994	- 497	1 491	0,43	-0,22	0,65
Lisboa	20 460	6 518	13 943	0,74	0,24	0,51
Grande Lisboa	10 500	4 617	5 884	0,53	0,23	0,29
Península de Setúbal	9 960	1 901	8 059	1,32	0,25	1,07
Alentejo	130	-2 895	3 025	0,02	-0,38	0,39
Alentejo Litoral	- 158	- 381	223	-0,16	-0,39	0,23
Alto Alentejo	- 830	- 890	60	-0,68	-0,73	0,05
Alentejo Central	246	- 416	662	0,14	-0,24	0,39
Baixo Alentejo	- 554	- 803	249	-0,42	-0,61	0,19
Lezíria do Tejo	1 426	- 405	1 831	0,58	-0,16	0,74
Algarve	6 088	88	6 000	1,49	0,02	1,47
R.A. Açores	1 182	551	631	0,49	0,23	0,26
R.A. Madeira	1 279	378	901	0,52	0,16	0,37

Em 2004, todas as regiões NUTS III, à excepção do Douro, apresentam taxas migratórias positivas, ainda que com valores inferiores a 2003, sendo de destacar as taxas migratórias do Algarve, da Península de Setúbal e do Oeste com valores superiores a 1%.

Uma análise a nível geográfico mais fino permite verificar que o valor máximo da taxa de crescimento efectivo se manteve no município de Sesimbra passando de 4,76% em 2003 para 4,58% em 2004. No que se refere ao maior decréscimo relativo, em 2003 este ocorria no município de Manteigas (- 3,56%), enquanto que em 2004, esta posição passa a ser ocupada pelo município do Porto (- 2,50%).

Estrutura etária e envelhecimento

A proporção de jovens diminuiu ligeiramente entre 2003 (15,7%) e 2004 (15,6%). Esta situação reflecte as consequências da fecundidade permanecer a níveis inferiores ao necessário para assegurar a substituição das gerações, associada a décadas de fortes fluxos emigratórios.

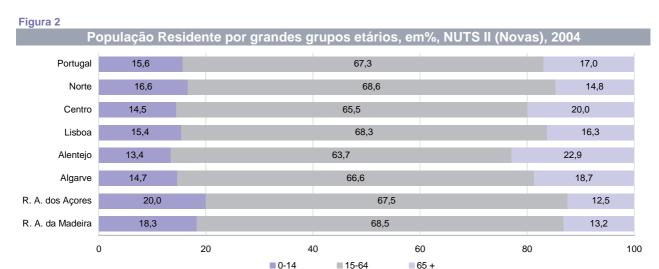
Contrariamente, assistiu-se ao aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos de idade) na população total, passando a importância relativa de 16,8% em 2003 para 17,0% em 2004. O fenómeno é mais notório nas mulheres, cuja proporção se elevou a 19,2% (18,9% em 2003) contra 14,7% nos homens (14,5 % em 2003).

A população em idade activa (15-64 anos) continua a registar duas tendências distintas: o grupo de adultos jovens (15-24 anos) acompanha a evolução da população jovem e reduz a proporção na população total de

13,0% em 2003 para 12,6% em 2004, enquanto a população com idades entre os 25 e os 64 anos segue a tendência da população idosa e eleva-se de 54,5% para 54,7% no mesmo período.

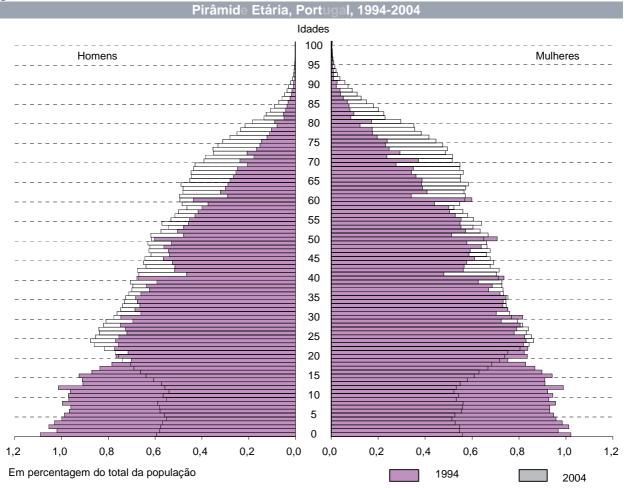
A Região Autónoma dos Açores detém a proporção de jovens mais elevada (20,0%) e a mais baixa percentagem de idosos (12,5%). Na situação oposta encontra-se o Alentejo com a menor proporção de jovens (13,4%) e a maior percentagem de pessoas idosas (22,9%).

As Regiões do Norte, de Lisboa e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são aquelas em que a importância relativa da população em idade activa na população total supera a média do país (67,3%). É no Alentejo (63,7%) que se situa o valor mais baixo, seguido do Centro com mais 1,8 pontos percentuais.



O contínuo processo de envelhecimento demográfico, quer na base da pirâmide etária, realçado pelo estreitamento que traduz a redução dos efectivos populacionais jovens, como resultado da baixa de natalidade, quer no topo da pirâmide, pelo alargamento que corresponde ao acréscimo das pessoas idosas, devido ao aumento da esperança de vida, está bem evidenciado no perfil que as pirâmides etárias assumem em 1994 e 2004.





As mudanças de estrutura etária ocorreram em todas as regiões embora com ritmos diferenciados e estão bem expressas nos indicadores usualmente calculados para medir o grau de juventude ou envelhecimento e dependência das populações.

Os índices de dependência e envelhecimento permitem confirmar o envelhecimento demográfico da população no período em análise.

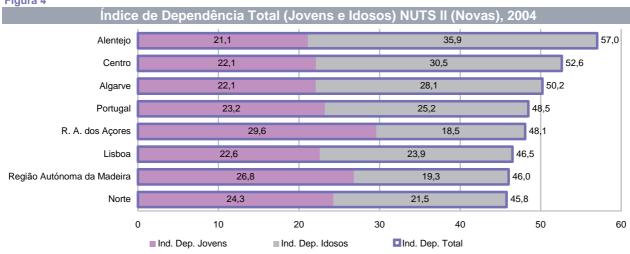
O índice de dependência total, ou seja, o número de jovens (indivíduos dos 0-14 anos) e de idosos (com 65 ou mais anos) em cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos), estabilizou em cerca de 48 desde 2000. Este valor é o resultado de duas evoluções opostas. De facto, enquanto o índice de dependência de jovens baixou ligeiramente de 23,3 para 23,2, o quociente de idosos na população potencialmente activa aumentou de 24,9 para 25,2 indivíduos, entre 2003 e 2004.

Quadro 4

NUTS II		Índices de Dependência				
NOVAS		Total	Jovens	Idosos	Envelhecimento	
Portugal	НМ	48,48	23,23	25,25	108,6	
	Н	45,52	24,13	21,39	88,6	
	M	51,37	22,36	29,01	129,7	
Continente	HM	48,55	22,99	25,56	111,1	
	Н	45,60	23,88	21,72	90,9	
	М	51,43	22,13	29,30	132,4	
Norte	НМ	45,78	24,27	21,51	88,6	
	Н	43,38	25,29	18,09	71,5	
	M	48,10	23,28	24,82	106,6	
Centro	HM	52,63	22,09	30,54	138,2	
	Н	49,02	22,84	26,18	114,6	
	M	56,17	21,37	34,81	162,9	
Lisboa	НМ	46,51	22,62	23,89	105,5	
	Н	43,73	23,69	20,05	84,6	
	M	49,17	21,60	27,57	127,6	
Alentejo	HM	57,01	21,08	35,93	170,4	
	Н	52,40	21,50	30,90	143,7	
	M	61,71	20,66	41,06	198,7	
Algarve	НМ	50,22	22,09	28,13	127,3	
	Н	47,07	22,33	24,74	110,8	
	M	53,49	21,84	31,66	144,9	
R. A. dos Açores	НМ	48,08	29,61	18,47	62,3	
	Н	44,85	30,05	14,80	49,2	
	М	51,39	29,15	22,24	76,2	
Região Autónoma da Madeira	НМ	46,03	26,76	19,27	71,9	
	Н	42,80	28,40	14,40	50,7	
	M	49,03	25,23	23,79	94,3	

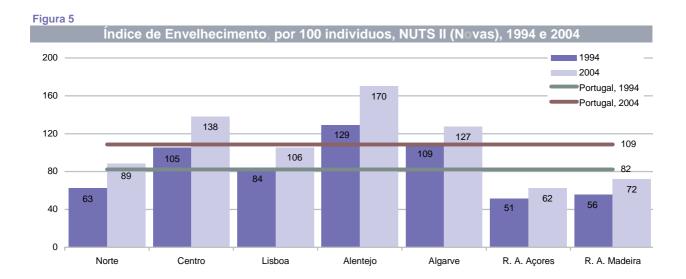
Nas regiões do Alentejo, Algarve, Centro e Lisboa, observaram-se índices de dependência de jovens inferiores à média nacional. No índice de dependência de idosos as regiões que assumem valores abaixo da média do país são as Regiões Autónomas, o Norte e Lisboa.

Figura 4



O índice de envelhecimento é revelador da evolução demográfica recente. Este indicador passou de 82 indivíduos idosos por cada 100 jovens, em 1994, para 109 em 2004 (107 em 2003). O fenómeno do envelhecimento é mais forte entre as mulheres, reflectindo a sua maior longevidade. Desde 1995 que o número de mulheres idosas é superior ao número de mulheres jovens, mantendo-se em 2004 com valores bastante superiores ao dos homens: 130 *versus* 89.

É nas regiões do Alentejo, Centro e Algarve que o índice de envelhecimento em 2004 é superior ao de Portugal. Em oposição, as Regiões Autónomas, o Norte e Lisboa assumem valores inferiores.



As NUTS III que apresentaram o índice de envelhecimento mais elevado em 2004 foram Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Alto Alentejo. Tâmega, Cávado e Ave foram as que detinham os índices mais baixos.

Referências Bibliográficas

- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2003) "A Situação Demográfica Recente em Portugal", Revista Estudos Demográficos nº 34, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2002) "A Situação Demográfica Recente em Portugal", Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (1993) "O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?", Revista Estudos Demográficos nº 31, INE, Lisboa.
- CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je?, Presses Universitaires de France, Paris.
- CONSEIL DE L'EUROPE (2002), **Évolution Démographique Récente en Europe 2001**, Éditions du Conseil de l'Europe, Strasbourg.
- DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) "O Envelhecimento em Portugal Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas", Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.
- EUROSTAT, (2001), **Statistiques de population**, *Population et conditions sociales*, thème`3, Luxemburgo.
- EUROSTAT, Statistiques en Bref Population et Conditions Sociales, thème`3, 20/2003, Luxembourg.
- EUROSTAT, **Statistiques in focus Population et Conditions Sociales**, First results of the demographic data collection for 2003 in Europe, 13/2004, Luxembourg
- INE (2003), Estimativas Provisórias de População Residente Intercensitárias, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios, Instituto Nacional de Estatística Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios, Instituto Nacional de Estatística Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Projecções de População Residente 2000-2050*, Instituto Nacional de Estatística Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE, *Estatísticas Demográficas*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.
- INE (2002), *Censos 2001, XIV Recenseamento Geral da População*, Resultados Definitivos, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.
- NAZARETH, J. Manuel (1996), Introdução à Demografia Teoria e Prática, Editorial Presença, Lisboa.
- PRESSAT, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.